

## AMBIENTE

# Estado “demitiu-se de responsabilidades na conservação da natureza”

A acusação é feita pela coligação de organizações ambientalistas C6, que aponta para a “má gestão de fundos públicos”



FOTO: FOTOFONIC/SPEA

Textos CARLA TOMÁS

A coligação C6 acusa o Estado português de “missão de responsabilidades na conservação da natureza”, por não investir na gestão adequada das áreas da Rede Natura 2000, designadas para conservar *habitats* e espécies selvagens ameaçadas ou vulneráveis. “Perdemos entretanto sete anos sem que tenha havido o investimento necessário, por opção política”, acusa Domingos Leitão, coordenador da coligação que junta seis das principais organizações não governamentais de ambiente (ONGA) em Portugal — Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), Liga para a Proteção da Natureza (LPN), GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Associação Natureza Portugal/World Wild Foundation (ANP/WWF), Quercus e Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS).

A crítica, que aponta “má gestão de fundos públicos”, atinge o atual Governo e os que lhe antecederam desde 2013. Isto porque, não havendo um fundo europeu específico para gerir a maior rede de áreas protegidas do mundo, a União Europeia definiu que o financiamento deve ser feito através de vários fundos ligados à agricultura, ao desenvolvimento rural, como o Proder, ou através do Programa LIFE e das comparticipações nacionais.

“Dos €471 milhões definidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como necessários para a gestão agroflorestal da Rede Natura para 2014-2020, apenas €111 milhões foram programados nas medidas do Proder 2020 e apenas 0,5% deste orçamento foi para estas áreas (que cobrem 18% da nossa área agroflorestal), tendo o restante sido investido em falsas medidas ambientais”, aponta o também diretor executivo da SPEA. Com um único aviso para medidas agroambientais aberto em 2015, e com poucos agricultores aderentes, as verbas acabaram canalizadas



FOTO: JOSELUIS BARROS/SPN

## TRABALHOS DE CAMPO

Técnicas da SPEA monitorizam caixas rateiras no âmbito do Life Berlangas; um casal de águia-imperial integrado no Life Imperial; um lobo-ibérico alvo do Life Grandes Carnívoros; e um exemplo de pecuária extensiva adaptada às alterações climáticas no Alentejo

## NÚMEROS

# 0,3%

de €470 milhões é quanto o Governo disponibilizou do Fundo Ambiental para projetos de organizações não-governamentais do ambiente (ONGA) e outras entidades

# €800

mil é quanto o Estado português recupera em impostos e contribuições sociais por cada milhão de euros que investe em projetos de conservação da Natureza como os Life

# 12

projetos Life permitiram investir €24,4 milhões na gestão da Rede Natura 2000 em 10 anos

para outras atividades, como barragens para o regadio intensivo, com impacto negativo no ambiente e na conservação da natureza.

Como consequência, lamenta o ambientalista, “temos *habitats* e espécies prioritários, dependentes de gestão agrícola e agroflorestal, em declínio”. Em tom crítico, afirma: “Portugal tem um património natural único que é uma mais-valia para a nossa economia e não podemos fingir que investimos nele ou fingir que valorizamos os serviços de ecossistemas, ao mesmo tempo que se diz ‘sim’ a projetos com grandes impactos ambientais, como o do aeroporto do Montijo, e se apresentamos medidas compensatórias para fazer a gestão da Rede Natura que cabe ao Estado.”

## Portugal repreendido

Há um ano, Portugal foi repreendido por Bruxelas por não ter convertido os sítios de interesse comunitário em zonas especiais de conservação até 2012, e feito os respetivos planos de gestão. Esta conversão acabou por ser aprovada em março último e os planos de gestão devem estar prontos até 2022. Entretanto, a queixa apresentada pela C6 contra o Estado por falta de gestão das áreas agrícolas da Rede Natura aguarda uma resposta.



FOTO: ANP/WWF



FOTO: QUERCUS

Com o novo ciclo de orçamento comunitário a começar, a coligação ambientalista está preocupada com o risco de falência dos seus projetos Life e de outras organizações. “Em 2017 apelámos ao ministro do Ambiente para que apoiasse os nossos projetos, porque substituímos o Estado na realização de um serviço público de conservação da natureza, e foi-nos dito que haveria verba no Fundo Ambiental”, conta Ângela Morgado, dirigente da ANP/WWF. Contudo, a verba disponibilizada em 2020 (€1,2 milhões) “corresponde apenas a 0,3% deste fundo”, sublinha João Dias Coelho, do GEOTA. Este fundo conta com €470 mi-

**“Portugal tem um património natural único que é uma mais-valia para a nossa economia e não podemos fingir que investimos nele”, diz o ambientalista Domingos Leitão**

lhões em 2020, mas 70% destinam-se a programas de apoio dos sectores da água, energia e transportes.

A coligação C6 enviou cartas ao Ministério do Ambiente, ao ICNF e aos grupos parlamentares, nas quais lembra que “12 projetos coordenados pelas ONGA permitiram um investimento de €24,4 milhões na gestão da Rede Natura, em 10 anos, o que permitiu ao Estado arrecadar um valor líquido de €1,4 milhões em impostos e contribuições sociais e dinamizar a economia local”. Entretanto, sete dos novos projetos Life portugueses aprovados em Bruxelas, que deviam estar concluídos até 2025, ainda não têm garantia de apoio do Fundo Ambiental, “o que coloca em causa a sua execução, coloca as associações em risco de falência e não honra a promessa feita pelo ministro do Ambiente em 2017”, lamenta Ângela Morgado. A dirigente da ANP/WWF atira ainda: “Fala-se tanto na natureza como um escudo para pandemias, mas efetivamente temos de ter medidas concretas para proteger a biodiversidade e a saúde humana e isso não está a acontecer.”

Em entrevista ao Expresso em julho, o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, disse que “o Fundo Ambiental é alimentado por taxas que têm uma natureza sinalagmática, são pagas com um objetivo e para esse objetivo que podem ser gastas”. Em reação, Jorge Palmeirim, dirigente da LPN, contrapõe: “O senhor ministro não tem em conta que há empresas privadas que recebem dinheiro para cumprirem a lei, quando deveriam incorporar os custos nas despesas inerentes à produção. A indústria recebe o que não recebem os projetos de conservação da natureza!”

Agora, alerta o ambientalista, “é necessário ter em atenção onde vão ser aplicados os 30% destinados à área ambiental” dos €50 mil milhões previstos para a recuperação económica. Já que, diz, “como assistimos no Fundo Ambiental quando chega a altura de distribuir verbas tudo é Ambiente”.

ctomas@expresso.imprensa.pt

## PROJETOS LIFE

### Berlangas 2014 — 2019

Coordenado pela SPEA, permitiu recuperar o habitat da ZPE através de gestão sustentável, melhorar a imagem e a economia locais. Investimento total: €1,4 milhões (€591.038 do Estado e entidades públicas).

### Imperial 2014 — 2020

Coordenado pela Liga para a Proteção da Natureza (LPN), permitiu aumentar a população nidificante de águia-imperial-ibérica em Portugal de 13 (2014) para 17 casais (2019). Investimento total: €1,9 milhões (€246.769 do Estado e entidades públicas).

### Rupis 2015 — 2020

Coordenado pela SPEA, permitiu reduzir as ameaças para o britango e a águia-perdigreira no vale do rio Douro, criar campos de alimentação e otimizar a colaboração transfronteiriça no Douro Internacional. Investimento total €2,6 milhões (€195.256 do Estado e entidades públicas).

### EUROLARGECARNIVORES 2017 — 2022

Coordenado pela WWF Alemanha e tendo como parceiro a Associação Natureza Portugal (ANP/WWF) pretende criar uma rede de autoridades locais e nacionais pela conservação e gestão da população de grandes carnívoros como o lobo-ibérico e o linco. Investimento total €267.351 (€0 do Estado português).

### LINES 2015 — 2021

Coordenado pela Universidade de Évora e tendo como associados a Quercus e outros, permite mitigar a redução de conectividade e permeabilidade da paisagem por estradas. Investimento total: €2,6 milhões (€195.256 do Estado e entidades públicas).